|  |  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- | --- |
| *ACONTECEU*  Moçambique poderá encaixar cerca de 95 biliões de dólares norte-americanos nos próximos 30 anos em consequência da descoberta e exploração de 180 triliões de metros cúbicos do gás natural liquefeito da Bacia do Rovuma, na Província de Cabo de Delgado.  O facto foi dado a conhecer, esta terça-feira (21), em Maputo, pelo Presidente da Comissão do Plano e Orçamento (CPO) da Assembleia da República (AR), António Rosário Niquice, durante uma auscultação pública em torno da Proposta de Lei que Cria o Fundo Soberano de Moçambique (FSM).  Segundo o deputado, é um montante avultado cuja gestão transparente requer a definição de políticas públicas condicentes com o modelo a ser adoptado na República de Moçambique.  Neste sentido, o deputado entende que há necessidade de o país garantir uma maior transparência e boa gestão dos recursos resultantes da exploração da indústria extraciva, ʺrecursos que possam garantir a criação de condições necessárias para a melhoria da vida dos moçambicanosʺ.  “A Proposta de Lei que Cria o Fundo Soberano é estruturante e relevante e corresponde aos anseios da maioria, garantindo que os recursos não só possam servir os moçambicanos actuais mas também as gerações vindouras, disse Niquice sublinhando que há, no entanto, alguns aspectos que precisam de ser aprimorados relacionados ao modelo a ser adoptado.  Contudo, garante o Deputado que não há dúvidas que quanto à relevância, oportunidade e tempestividade de Moçambique ter um fundo soberano que garanta uma gestão transparente, o documento é extremamente importanteʺ.    Relativamente às auscultações públicas realizadas, semana passada, nas capitais provinciais no País para a recolha de contribuições para o enriquecimento da Proposta de Lei que Cria o Fundo Soberano, Niquice afirmou que o processo resulta do reconhecimento do princípio constitucional segundo o qual ʺa soberania reside no povoʺ.  ʺEstamos agora numa fase derradeira de auscultações públicas em torno da Proposta de Lei que cria o FSMʺ, frisou o Presidente da CPO para quem as Comissões de Trabalho da AR têm elementos suficientes para indagar o Governo, na qualidade de proponente da proposta.  Por sua vez. o Director Executivo do Instituto para a Democracia Multipartidária (IMD), Hermenegildo Mulhovo, instou aos deputados da Assembleia da República da necessidade de aprovar um documento final da Lei do Fundo Soberano que espelhe, de facto, os anseios e espectativas da sociedade moçambicana como um todo.  Mulhovo, que falava durante uma auscultação pública sobre a Proposta de Lei do Fundo Soberano, organizada pela Assembleia da República em parceria com o IMD, sublinhou que o debate público sobre este instrumento legal visa captar as diversas perspectivas, sensibilidades e contribuições dos múltiplos actores para o seu melhoramento e enriquecimento.  “Recentemente, a Assembleia da República recebeu a Proposta de Lei que cria o Fundo Soberano para apreciação e aprovação, tendo iniciado um processo de auscultação a nível das províncias de todo o país, com vista a captar e recolher as contribuições sobre a proposta em causa”, disse Mulhovo explicando todos os moçambicanos são chamados a exercer a soberania sobre os seus recursos naturais e a criação do Fundo Soberano para o país foi o modelo encontrado para que esse desiderato seja atingido.  A auscultação pública desta terça-feira contou com cerca de 80 participantes, dentre deputados da AR, membros das Assembleias Provinciais, representantes dos Partidos Políticos, do Governo e das Organizações da Sociedade Civil. | | | | |
| *BREVES*  A Assembleia da República de Moçambique (AR) e o Conselho Global para a Tolerância e Paz (CGTP) assinaram, segunda-feira finda, dia 20, em Maputo, um memorando de entendimento que visa formalizar as relações de cooperação e de amizade existentes entre as duas instituições em matérias de interesse parlamentar.  Rubricado pela Presidente da Assembleia das República (PAR), Esperança Laurinda Nhiuane Bias, pela parte moçambicana, e pelo Presidente do CGTP, Ahmed Bin Mohammed Al Jarwan, o memorando preconiza, dentre vários aspectos, o estabelecimento de relações permanentes de intercâmbio de questões parlamentares no domínio da tolerância e paz.  ʺA AR e o CGTE, e em reconhecimento da sua vontade de promover uma distinta cooperação no domínio da tolerância e da paz através das comissões de trabalho da Assembleia da República e do Parlamento Internacional de Tolerância e Paz cobrindo as áreas de relações internacionais, assuntos jurídicos, promoção da paz, mulher e juventude, preservação do extremismo violento e desenvolvimento sustentável irão executar o memorando de entendimento”, lê-se no documento.  A assinatura deste memorando de entendimento, com duração de cinco anos, ocorre no âmbito da visita de oficial que o Presidente do CGTP efectua a República de Moçambique desde domingo último.  Antes da Assinatura do Memorando, o visitante manteve um encontro com a direcção do parlamento moçambicano onde a PAR, depois de falar sobre a organização e funcionamento do parlamento, agradeceu a visita do Presidente do CGTP, tendo sublinhado que “é uma honra para Moçambique quando recebe visitas dos outros parlamentares e, especialmente, do Conselho Global de Tolerância e Paz”.  Por sua vez, Ahmed Bin Mohammed Al Jarwan, anunciou a sua solidariedade e apoio multifacetado a ser prestado para as vítimas de terrorismo em Cabo Delgado, e do Ciclone Fredy nas províncias das regiões centro e norte do País.  Refira-se que o Conselho Global para a tolerância e Paz é uma organização internacional cujos objectivos incluem promoção dos valores de tolerância e da cultura de paz, a luta contra a discriminação, o sectarismo religioso, o etnocentrismo e a intolerância sectária entre os seres humanos, bem como o desenvolvimento das normas do direito internacional que visam reforçar os princípios de tolerância para o alcance da paz. | | | | |
| Actualidade Parlamentar  **Assembleia da República**  **Secretariado-Geral** | **Editor: *Gabinete de Imprensa*** **Ano XVII N° 23 22 de Março de 2023**  **Sede: Av. 24 de Julho nº 3773, CP: 1516, Telef. 21225100, Fax: 21400711, Maputo** **E-mail:** [**giar@parlamento.co.mz**](mailto:giar@parlamento.co.mz%20) **;** [**www.parlamento.mz**](http://www.parlamento.mz) **21º Dia da VII Sessão Ordinária da IX Legislatura** | |
| **DESTAQUES**  **CRICC em Audição Parlamentar** |  | ORDEM DO DIA  **09h00 - *Início dos Trabalhos.***  As Comissões do Plano e Orçamento (CPO) e dos Assuntos Constitucionais, Direitos Humanos e de Legalidade (CACDHL) participam, a partir das **10h00,** no Hotel Afrin, em Maputo, num Seminário de Avaliação da Proposta de Lei que Cria o Fundo Soberano de Moçambique (FSM) nas Componentes Crianças, Adolescentes e Jovens de hoje e do amanhã.  A Comissão dos Assuntos Sociais, do Género, Tecnologias e Comunicação Social (CASGTCS) reúne-se para dar continuidade à apreciação, em Grupos Parlamentares, das Propostas de Lei das Organizações Sem Fins Lucrativos e de Promoção e Protecção da Pessoa com Deficiência.  A Comissão das Relações Internacionais, Cooperação e Comunidades (CRICC) realiza, a partir das **14h00** desta quarta-feira, dia 22, uma Audição Parlamentar com os Ministros dos Negócios Estrangeiros e Cooperação, do Interior e dos Transportes e Comunicações, Verónica Nataniel Macamo, Arsénia Massingue e Mateus Magala, respetivamente, para colher subsídios em torno dos ataques e queima de viaturas com matrícula moçambicana na República da África do Sul.  A Comissão de Petições, Queixas e Reclamações reúne-se para continuar a apreciar a Proposta do Relatório à VII Sessão Ordinária (SOAR) da IX Legislatura e as petições da zona Sul. |
|  | | |

**Previsão do Tempo: Hoje, Cidade de Maputo: Máx – 31; Min - 21; Fonte: INAM**